

## Sumário

Introdução.....	1
1. Ação Civil Pública: Tutela de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos.....	5
1.1 Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos .....	21
1.2 Pessoa privada de liberdade: formação da massa que compõe a população carcerária.....	30
1.2.1 A pessoa privada de liberdade de acordo com a lei.....	31
2. Objeto: Implementação de Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade ...	39
2.1 Constituição como objeto de ação civil pública.....	39
2.1.1 Força normativa da Constituição e conteúdo obrigacional dos direitos fundamentais.....	39
2.1.2 Direitos fundamentais em espécie .....	44
2.1.3 Controle de constitucionalidade em ação civil pública.....	66
2.2 Tratados internacionais de direitos humanos como objeto de ação civil pública.....	70
2.2.1 Vigência, hierarquia e conteúdo dos tratados de direitos humanos no Brasil .....	71
2.2.2 Controle de convencionalidade em ação civil pública .....	79
2.2.3 Aplicabilidade das regras de <i>soft law</i> em relação às pessoas privadas de liberdade.....	93
2.2.4 Tratados internacionais de direitos humanos em espécie .....	99
2.2.4.1 Sistema universal .....	99
2.2.4.2 Sistema regional americano .....	112
2.2.5 Importância da legislação internacional em ações civis públicas ...	116

2.3 Legislação infraconstitucional .....	117
2.3.1 Sistema de execução penal: reflexão sobre os direitos existentes e a delimitação do objeto em ação civil pública.....	117
2.3.1.1 Direitos relativos à individualização da pena.....	123
2.3.1.2 Direitos relativos à infraestrutura do estabelecimento prisional.....	125
2.3.1.3 Direitos de assistência.....	138
2.3.1.4 Direito ao trabalho.....	153
3. O Pedido na Ação Civil Pública e suas Repercussões. Intervenção Judicial em Políticas Públicas.....	161
3.1 O pedido na ação civil pública: amplitude e flexibilização da rigidez do princípio da demanda .....	161
3.2 Importância da tutela específica das obrigações de fazer e não fazer ...	164
3.3 Controle judicial de políticas públicas: diretrizes firmadas em jurisprudência. A importância do reconhecimento judicial do estado de coisas inconstitucional.....	189
3.4 O processo estruturante como alternativa ao modo de intervenção em políticas públicas .....	213
3.5 Instrumentos processuais que podem contribuir com a intervenção judicial em políticas públicas.....	220
4. Legitimidade.....	233
4.1 Legitimidade ativa.....	233
4.2 Legitimidade passiva .....	268
4.2.1 O Estado como garante: dever de cumprimento de direitos fundamentais .....	268
4.2.2 Atuação dos órgãos de execução penal: possível apuração de improbidade administrativa.....	277
4.2.3 A Fazenda Pública como ré na ação civil pública.....	287

5. Competência .....	291
5.1 Competência na ação civil pública.....	291
5.2 Possibilidade de utilização do Incidente de Deslocamento de Competência (IDC).....	296
6. Provas na Ação Civil Pública .....	303
6.1 Objeto da prova .....	304
6.2 Meios de prova e procedimento probatório .....	307
6.3 Ônus da prova.....	310
7. Prescrição .....	319
8. Coisa Julgada .....	325
8.1 A coisa julgada no processo civil .....	325
8.2 A coisa julgada nas ações coletivas.....	326
8.3 O art. 16 da LACP .....	332
8.4 A <i>realidade movediça</i> do sistema carcerário e sua relação com a coisa julgada. Sentença coletiva sobre direitos das pessoas privadas de liberdade: peculiaridades em razão do objeto .....	337
9. Pandemia do Coronavírus no Sistema Carcerário .....	341
10. Destinação das Verbas Decorrentes de Ação Civil Pública: a Questão do Fundo de Direitos Difusos (FDD) e do Fundo Penitenciário (FUNPEN) .....	343
Conclusão.....	351
Referências Bibliográficas .....	359